

Jurista teme a reação popular

“Se os parlamentares insistirem na defesa da proposta de um Congresso com poderes constituintes, o povo irá para as ruas e a campanha por uma Assembléa Nacional Constituinte, livre, soberana e exclusiva, tomará as proporções ainda maiores que a campanha pelas diretas-já”, advertiu ontem o jurista Paulo Bonavides, ao participar do debate sobre “Temas Constitucionais” na Comissão de Justiça da Câmara.

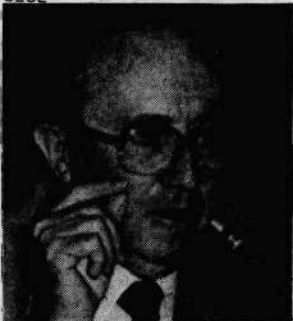
Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Bonavides classificou de “simplista e de baixa legitimidade” a solução proposta na emenda presidencial (dar poderes constituintes ao Congresso Nacional), “pois o Congresso Nacional é um poder derivado do poder originário, que é a Constituinte. O poder originário é soberania do povo”, explicou.

Na opinião do jurista cearense, a Constituinte exclusiva é “questão direta de legitimidade e fará mais fundos e firmes os alicerces da Nova República”. E avisou: “Nunca a história política deste País fez um movimento tão grande pela Constituinte como agora. Não podemos correr o risco de ver a sociedade frustrada, procurando saídas revolucionárias para repudiar a fórmula que egoisticamente está sendo conduzida pela classe política brasileira”.

MEDIDAS PRÁTICAS

Questionado pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Aluizio Campos, sobre as medidas práticas que po-

CECE



Bonavides

dem ser adotadas para que a convocação de uma Assembléa Constituinte exclusiva seja realmente representativa do povo brasileiro, Paulo Bonavides disse que não aceita os argumentos de que duas eleições em 86 sairão muito caras ao Governo, e muito menos argumentos de que tradicionalmente as Constituições brasileiras foram feitas pelo Congresso.

Ele acha que vale a pena o Governo investir em duas eleições no ano que vem, uma para os constituintes e outra para a renovação do Congresso, e relembrou o fracasso das Constituições de 1823 e 1934 para reforçar a defesa de que a de agora deve ser participativa, se quiser ser duradoura.

Quanto à representação dos constituintes por Estado, Bonavides é da opinião que cabe à comissão mista que analisa a emenda presidencial chegar à melhor solução, através de amplos debates com a sociedade, defendendo, inclusive, a realização de um plebiscito para ver de que forma o povo brasileiro quer escolher a Assembléa Nacional Constituinte.